

## ECONOMIA SOLIDÁRIA, HANNAH ARENDT E A IDÉIA DE DEMOCRACIA RADICAL\*

*ECONOMÍA SOLIDARIA, HANNAH ARENDT Y LA IDEA DE  
DEMOCRACIA RADICAL*

Gabriela D'Ávila Schüttz<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho discorre sobre a ideia de democracia radical, ou mais de acordo com a nossa realidade social, simplesmente, democracia direta. A partir de algumas reflexões sobre o movimento da economia solidária, entendido com práticas sociais concretas e diferenciadas, ensejando projetos alternativos para a construção de novas práticas políticas e econômicas, este trabalho vale-se do pensamento da filósofa Hannah Arendt, como referencial teórico. O trabalho se fundamenta em dados empíricos oriundos de pesquisas relacionadas a empreendimentos sócio-econômicos no Estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Rosário, Província de Santa Fé, Argentina, além do estudo sistemático do pensamento arendtiano e seus comentadores. Defende-se que os conceitos arendtianos que compõem a *vita activa*: labor, trabalho [*work*] e ação, assim como suas análises a cerca do espaço público, representam aportes teóricos capazes de suscitar novas leituras das atividades desenvolvidas nesses empreendimentos. Conclui-se que o conceito arendtiano de ação, central para a noção de democracia radical, encontra no projeto de democratização da economia promovido pelo movimento da economia solidária, elementos substanciais para sua efetivação, uma vez que práticas democráticas de cidadania e protagonismo cívico, desde um trabalho emancipador, constituem características observadas nas pesquisas referidas e na literatura específica sobre a economia solidária.

**Palavras-chaves:** Economía Solidária. Hannah Arendt. Democracia Radical. Espaço Público. Ação Política.

### RESUMEN

Este trabajo discute la idea de democracia radical, o más de acuerdo con nuestra realidad social, simplemente, democracia directa. Desde un conjunto de reflexiones sobre el movimiento de la economía solidaria, comprendido como prácticas sociales concretas y diferenciadas, apuntando proyectos alternativos para la construcción de nuevas prácticas políticas y económicas, este trabajo se vale del pensamiento de la filósofa Hannah Arendt como referencial teórico. En este sentido, fueron utilizados datos empíricos oriundos de investigaciones relacionadas a emprendimientos socio-económicos en la Provincia del Río Grande del Sur y en la ciudad de Rosario, Provincia de Santa Fe, Argentina, además del

\* Uma versão deste texto foi apresentada como comunicação oral no evento *X Jornadas de Filosofía Política: "Hannah Arendt, el pensar y la política"*, realizado no campus da UNGS, Gran Bs. As., Argentina, no ano de 2008.

<sup>1</sup> Mestrado em Economia Social, MAES/UNGS, Argentina; Mestrado em Filosofia, PPG Filosofia/UNISINOS. E-mail: gschuttz@gmail.com

estudio sistemático del pensamiento arendtiano y sus intérpretes. Se defiende que los conceptos arendtianos que componen la *vita activa*: labor, trabajo [*work*] y acción, del mismo modo que sus análisis sobre el espacio público, representan contribuciones teóricas capaces de suscitar nuevas lecturas de las actividades desahoradas en esos emprendimientos. Se concluye que el concepto arendtiano de acción, central para la noción de democracia radical, encuentra en el proyecto de democratización de la economía promovido por el movimiento de la economía solidaria, elementos substanciales para su efectivación, una vez que prácticas democráticas de ciudadanía y protagonismo cívico, desde un trabajo emancipador, constituyen rasgos observados en las investigaciones referidas y en la literatura específica sobre la economía solidaria.

**Palabras-clave:** Economía Solidaria. Hannah Arendt. Democracia Radical. Espacio Público. Acción Política.

## INTRODUÇÃO

Baseado na obra da filósofa Hannah Arendt, este artigo propõe uma reflexão pouco usual tanto no âmbito da filosofia política quanto no âmbito da sociologia econômica. Por um lado, parte-se de uma análise das relações econômicas díspar, em contraste com a economia neoclássica, em que predomina uma visão do comportamento humano auto-interessado. Trata-se de uma concepção pluralista das motivações humanas, que abarca o valor substantivo da reciprocidade (POLANYI, 2000), do dom moderno (GODBOUT, 1999) e da solidariedade democrática (LAVILLE, 2004) como princípios do agir humano. Por outro lado, a partir dessa perspectiva diferenciada das relações econômicas, as práticas e relações desenvolvidas em um conjunto significativo de empreendimentos sócio-econômicos da assim chamada economia solidária no Estado do Rio Grande do Sul e da economia social e solidária na cidade de Rosário, Província de Santa Fé, Argentina<sup>2</sup>, são examinadas a luz da teoria arendtiana. Argumenta-se que a economia solidária, a través de uma percepção distinta das relações econômicas, estimula as pessoas envolvidas a perceberem-se a si mesmo e também a várias questões da vida cotidiana de outro modo, ancorada na ação política, incentivando a liberdade e a autonomia nos sujeitos por meio da autogestão<sup>3</sup> e a prática cidadã, elementos chaves no

---

<sup>2</sup> Os dados referidos foram obtidos através de pesquisa empírica e análise e interpretação de dados apresentados na monografia de conclusão de curso: “Economia Solidária e Democracia; A contribuição de Hannah Arendt” (SCHÜTTZ, 2005), e na dissertação de mestrado: “Limites y posibilidades de alianzas progresivas en Rosario: Las relaciones políticas entre actores del campo de la economía social y solidaria (SCHÜTTZ, 2010).

<sup>3</sup> A ideia de autogestão aludida aqui não traduz toda a força desse conceito, mas permite destacar algumas condutas praticamente inalcançáveis para os trabalhadores, até pouco tempo. Frente a isso, ao longo do texto o termo empregado para caracterizar essas práticas é co-gestão, ao invés de autogestão frequentemente utilizado na

movimento da economia solidária no Brasil e na Argentina (SINGER; SOUZA, 2000; RUGGERI, 2009).

O que diferencia este trabalho em relação aos estudos comumente realizados sobre o movimento da economia solidária é a utilização dos conceitos arendtianos como aporte teórico para a análise das práticas desenvolvidas no interior da economia solidária. A justificativa da escolha desta grande pensadora se deve: (1) a complexidade e pertinência de seu pensamento; (2) a crítica que ela dirige a tradição, na qual a ciência e o pensamento moderno estão cimentados e que alimentam muitas vezes uma concepção da política como mal necessário; (3) o destaque dado à política, em seu sentido positivo, temas que encontram insuficiente fundamentação na teoria econômica e nos estudos relacionadas ao mundo do trabalho, frequentemente resultado de abordagens desenvolvidas com base em perspectivas economicista e/ou materialista. Creio que ambas não são suficientemente adequadas para a análise de um fenômeno tão heterogêneo como são as iniciativas que compõem o movimento da economia solidária.

O texto está dividido em cinco seções procurando apresentar de maneira sintética as principais ideias e conceitos utilizados na análise, aplicando e associando-os à reflexão proposta, cujos objetos de estudo são a economia solidária e Hannah Arendt.

## **1. ECONOMIA SOLIDÁRIA E A POSSIBILIDADE DE UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA AUTÊNTICA**

Os empreendimentos da economia solidária se diferenciam das empresas capitalistas em diversos pontos. Entre eles, destaca-se a ênfase nos processos deliberativos e a gestão democrática presentes nessas experiências. Os resultados das pesquisas realizadas indicam a importância dessa dinâmica em torno da cogestão do empreendimento, em que a participação dos membros desempenha papel vital para a resolução de problemas e a construção de estratégias para o seu desenvolvimento.

Neste sentido, a exigência de um espaço comum em que as pessoas possam ser vistas e ouvidas em iguais condições se realiza; “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem a partir de ângulos diferentes”, diz Arendt (2002, p.67). Sendo

---

bibliografia sobre o tema. Sobre o sentido atribuído a autogestão na economia solidária ver: Monthé (2005) e Peixoto Albuquerque (2004).

assim, abre-se uma possibilidade concreta para despertá-lo progressivo dos sujeitos envolvidos, para o posicionamento e o enfrentamento de problemas e questões que vão além dos limites do empreendimento, em direção a problemas que também se colocam como de interesse de todos os envolvidos.

A manifestação pública, por meio do uso da palavra, não é a prática habitual para a grande maioria das pessoas. Para quem o exercita, ela significa abrir mão do anonimato, expor sua individualidade perante o grupo, arriscar-se à crítica daqueles para quem fala. Arendt apontou as implicações da ação e do discurso, pelos quais cada ser humano se manifesta aos demais, não como pessoa física apenas, mas como individualidade, apresentando-se na sua singularidade, expondo-se como ser único distinto dos outros, demonstrando enfim quem é. O ser humano sai da sombra na qual o silêncio lhe permite ocultar-se, revela sua identidade, anuncia o que fez, faz e pretende fazer, ocupa o espaço da aparência, torna-se visível. A ação e o discurso são atos que requerem coragem e até ousadia, e implicam a disposição de correr os riscos da revelação. O espaço do trabalho na sociedade capitalista não é propício para a revelação da singularidade, pois nele a individualidade de cada um tende a ser anulada pela sua integração no trabalho coletivo e pela sua redução a uma peça na engrenagem produtiva (HOLZMANN, 2000, p.52).

A partir do exercício político no interior do empreendimento, esses sujeitos se reconhecem enquanto atores políticos capazes de reivindicar e propor alternativas a problemas conhecidos de seu entorno, seja o problema do esgoto a céu aberto, a reivindicação de uma creche para que as trabalhadoras possam deixar seus filhos com segurança e em condições adequadas durante a jornada de trabalho etc.

Tais empreendimentos funcionam alternativamente como *comunidades-projetos*, nas quais vem ancorar-se a reflexividade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema, num processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos. Neles é possível estar *aqui* e em *outro lugar*, alimentar a razão utópica não apenas como crítica ao sistema, mas igualmente com a realização do desejo. (GAIGER, 2004, p. 395).

O caráter híbrido dos empreendimentos sócio-econômicos da economia solidária não ocorre somente através da simbiose entre diferentes práticas e princípios econômicos ou por atuar simultaneamente nos âmbitos social e econômico. Ele expressa a criação de um mundo comum, em que os sujeitos não só trabalham e colaboram entre si, em um mesmo espaço físico, mas que interagem, discutem, revisam e atualizam constantemente valores e princípios presentes em suas relações nas mais diversas áreas da vida social. Isto é, há um mundo comum entre eles que não se restringe ao universo do trabalho compartilhado, em que se evidencia a promoção mútua de interesses intersubjetivos. “É exatamente esta dimensão

pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 19).

## **2. *VITA ACTIVA*: LABOR, TRABALHO E AÇÃO.**

Os elementos da *vita activa*: labor, trabalho [*work*] e ação são categorias teóricas criadas para pensar as diferentes atividades humanas. O objetivo não é rebaixar uma em relação às outras, pois todas são necessárias para a nossa vida, mas avaliar as diferentes características inerentes a cada uma dessas atividades e sua relação com a própria condição humana. Entender essas diferenças significa compreender também que nenhum homem poderia viver desempenhando somente uma delas. No entanto, Arendt destaca: “a ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não os Homens vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDR, 2002, p.15). Portanto, a pluralidade é a condição essencial de toda a vida política.

As três atividades e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seus produtos, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história (ARENDR, 2002, p. 16).

O labor garante a sobrevivência da espécie de duas maneiras: através da reprodução da vida e da manutenção da mesma. A ação difere-se do labor, enquanto processo circular, e do trabalho, enquanto processo que possui início, meio e fim determinados, já que ela significa a capacidade de iniciar algo novo, de tomar a iniciativa, de por algo novo em movimento, contendo em si mesmo a imprevisibilidade e a irreversibilidade subsequente à própria ação.

Para Arendt, a sociedade moderna há internalizado as características e valores do labor, reconhecendo, portanto, a satisfação das necessidades humanas fisiológicas e materiais, como aspeto primordial, ou seja, como o próprio sentido da vida. O questionamento e a crítica de Arendt a nossa sociedade nos convida a pensar por que e como esses valores alcançaram

tanta relevância em nossa época. Valores que não remitem de forma alguma a preocupação grega com a imortalidade, através da criação de um mundo artificial durável ou pelo reconhecimento das ações e histórias que iriam permanecer e transcender no tempo.

A partir da Revolução Industrial, os valores da sociedade moderna se encontravam amparados nas características do *homo faber* (sujeito do trabalho), mas passam a ser substituídos gradualmente pelos ideais do *animal laborans* (sujeito do labor). No momento em que a fabricação voltou-se para o processo de produção de bens de consumo em larga escala, com o advento da grande indústria e o encadeamento entre produção e consumo, o processo de fabricação torna-se um processo repetitivo, num ritmo cada vez mais rápido marcado pelas máquinas, e os produtos se caracterizam cada vez mais pela sua breve permanência. A recorrência inexaurível do processo produtivo aliena-se de tal modo que o significado de um marco para seu início ou fim neste processo é nulo.

Conforme Arendt, o deslocamento da ênfase da ação, para o trabalho e, finalmente, para o labor teve como consequência a substituição dos valores da ação: a prática política, o reconhecimento e valorização da pluralidade humana, as relações entre os homens, aquelas atividades que nos diferenciam dos demais animais, e entre nós mesmos, pelos valores do individualismo, da produção e do consumo efêmero.

Por outro lado, a obra de Arendt não se resume a crítica à tradição e aos valores de nossa sociedade, ela é também propositiva. Segundo Arendt, somente através da ação e do respeito à pluralidade humana, por meio da restauração do espaço público e a afirmação de uma prática política autêntica, poderemos tornar-nos sujeitos conscientes de nosso papel no mundo e dirigentes de nossas próprias vidas.

### **3. O SENTIDO NEGATIVO DA POLÍTICA E O Esvaziamento da Esfera Pública na Sociedade Moderna**

Para Arendt (2002, p. 232), a sociedade moderna estava “preocupada desde cedo com produtos tangíveis”, e logo tratou de renunciar “a ociosidade e a inutilidade da ação e do discurso, em particular, e da política em geral”. O sentido negativo da política triunfa sobre a sociedade e culmina com as experiências totalitárias da primeira metade do século XX.

O desprezo pela política contido na sua concepção como “mal necessário” perpassa toda a tradição do pensamento político, desde Platão e Aristóteles até a época moderna e o pensamento político contemporâneo, em diversas fórmulas particulares. Nelas, a política é considerada seja como derivada da fragilidade e das necessidades vitais dos seres humanos; como resultado necessário da condição pecaminosa do homem, na visão do cristianismo primitivo, que herda do platonismo o desprezo pelas coisas terrenas; como resultante de um pacto motivado pelo cálculo racional em face do temor da morte violenta e eminente, tendo em vista a conservação da vida, segundo a tese hobbesiana; como algo que deriva ser arranjado de tal modo que apenas espíritos “mediócras” se importassem com ela, segundo Nietzsche; como o palco da manifestação das figuras do Espírito Absoluto no curso da dialética que opera na História, em Hegel; como o verniz necessário que garante e protege a exploração econômica dos detentores dos meios de produção sobre os que detêm apenas sua posse e o uso legítimo dos instrumentos de coerção e violência, em Weber (DUARTE, 2000, p. 168).

Desde o ‘rei-filósofo’ de Platão, detentor da verdade absoluta, aquele que iria conduzir a vida política de maneira irreprochável, se aproximando perigosamente da figura de tirano ou de um governo de um único homem, a questão política relevante passou a ser a neutralização da imprevisibilidade e a irreversibilidade da ação. Ao invés do perdão e da promessa, instaurados sobre a *philia*, como mecanismos de neutralização dessas variáveis imutáveis, essa tentativa culminou na busca da eliminação da pluralidade, o que resulta na supressão do espaço público. Atravessada pelo prejuízo a esfera política, essa noção abaliza a percepção de que “os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer” (ARENDDT, 2002, p. 234).

O que Arendt chamou de ascensão do social na sociedade moderna foi, em realidade, a elevação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública, “a política passou a ser entendido, em seu sentido estrito, como meio de proteger a sociedade – o lugar em que ‘os interesses privados assumem importância pública’” (WAGNER, 2000, p.147). Porém, o acesso a esfera pública em virtude da manutenção e ampliação da riqueza material nada tem a ver com o sentido arendtiano de política e de espaço público como palco das ações dos homens. Para Arendt, a ausência de um espaço para a ação no mundo moderno coloca em risco a possibilidade de novos começos capazes de se gerar novas horizontes.

Arendt se empenhou na busca pela compreensão da alienação no mundo moderno. Deste modo, sua obra nos propõe um distanciamento tanto da tradição na filosofia política, quanto da prática política contemporânea. Sua crítica se dirige ao modo como o homem moderno se relaciona com o mundo, como um espaço de produção e consumo. Para Arendt, pensar o trabalho, nos moldes do labor, como o núcleo da nossa sociedade é reproduzir uma ideia muito pobre das relações sociais e da capacidade humana.

#### **4. O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PROMOÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

A análise do movimento da economia solidária a partir de uma interpretação do mundo arendtiana, nos ajuda no exercício de esclarecimento sobre o problema da condição política moderna e o reconhecimento da importância das práticas e valores democráticos e da promoção do espaço público no âmago do movimento da economia solidária, em contraste com outras experiências envolvendo trabalho e arranjos econômicos alternativos, estritamente materialistas.

A desalienação do trabalho em todos seus níveis passa pela construção de um mundo comum, em que os trabalhadores possam interagir e participar das decisões que concernem ao interesse de todos. A ação política nesses empreendimentos se realiza por meio da instauração de espaços públicos de proximidade (FRAISSE, 2004). Em um primeiro momento, é razoável considerar que essas práticas se desenvolvam no próprio espaço do empreendimento, porém elas não se restringem a ele.

Através de valores e práticas adotadas pelos grupos mais exitosos – que conseguem desenvolver-se de modo mais integral, promovendo uma sinergia entre o político, o social e o econômico–, é possível estabelecer vínculos mais duradouros e profundos com seu entorno e demais experiências. Mas, não se trata de reproduzir uma lógica individualista ou contratual, suas práticas se acercam dos elementos destacados por Arendt para o tratamento da imprevisibilidade e da irreversibilidade da ação humana: a promessa e o perdão, ou de forma menos romântica, resolvem-se as questões através da palavra viva: o diálogo conduz a busca pelo consenso e restaura vínculos fragilizados. O diálogo permite, como prática política de liberdade, de respeito à pluralidade e da busca por espaços comuns, construir democraticamente significados e estratégias compartilhadas.

Trata-se de um exercício de democracia direta concretizado desde uma prática dialética com a realidade social, a partir de um projeto de democratização radical, que começa pela economia, mas não se finda nela, pois outros valores passam a orientar a ação.

A dimensão política desses empreendimentos sócio-econômicos se evidencia de maneira mais pujante quando os atores da economia solidária reivindicam e conseguem instaurar espaços em que suas demandas ganham visibilidade e atenção na agenda pública<sup>4</sup>. A

---

<sup>4</sup> No Brasil, o alcance do movimento da economia solidária é notável, dando origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, cuja primeira edição ocorreu 2001, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária

organização dos empreendimentos sócio-econômicos em torno do movimento da economia solidária, através da formação de redes e fóruns, e delegação da representatividade aos seus respectivos representantes, possuem grande relevância política e os coloca em posição de dialogar com os demais setores da sociedade.

O desafio da democracia em um contexto de globalização exige a construção democrática em todos os níveis e todas as esferas da vida. A prática democracia deve nortear a política, a economia e a cultura. Ele deve responder as aspirações de homens e mulheres em todo o planeta e permitir que eles se tornem atores e não espectadores de suas vidas e de seu entorno. Uma autêntica democracia deve permitir aos indivíduos e, sobretudo, aos grupos de indivíduos ligados pela defesa do interesse coletivo – e não por interesses corporativistas – de atuar em conjunto e de negociar em posição de força com as potências que ditam hoje as regras do jogo, tanto no plano local e nacional, como no plano internacional. Assim, é necessário reconhecer que a democracia não pode se limitar a um nível, como uma nação, nem a uma forma, como a representação. A democracia deve ser vivida e expandida no seio da empresa onde trabalhamos no coração do nosso bairro, na cidade onde vivemos em escala planetária, onde todos vivam. Assim, nesta perspectiva, a economia solidária se situa, de fato, no coração de um projeto de renovação da democracia sobre o plano econômico, político e cultural (NEAMTAN, 2003, p. 128-129).

A partir do entendimento de que ‘outro mundo é possível’ e que ‘outra globalização se faz necessária’, o movimento da economia solidária se apresenta atravessado por indagações fundamentais a esse respeito: como construir outro mundo, sem apelar à outra economia? É possível almejar a transformação da sociedade e da economia, sem pensar em outra razão prática para a relação entre os indivíduos, a economia e a política? Neste sentido, a exigência de uma nova ordem econômica e política passam por um projeto de democracia radical, proposta pelo movimento da economia solidária entre outros atores sociais que recusam a violação das suas singularidades e clamam por justiça social.

---

(SENAES), em 2003. Programas como o Mapeamento Nacional de Economia Solidária, que envolviam 22 mil empreendimentos até 2007, e a campanha pela Lei da economia solidária registram a dimensão e o alcance dessas ações e empreendimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária tem o potencial de incentivar a criação de espaços reais de deliberação em conjunto, de questões públicas e privadas, promovendo, em diferentes graus, a responsabilidade cívica e o compromisso ético nos sujeitos envolvidos direta e indiretamente no movimento (trabalhadores, consumidores, técnicos etc.). Tal como os sistemas de conselhos estudados por Arendt, as relações nos empreendimentos não respondem a uma lógica individualista ou contratualista, mas em princípios de compromissos mútuos e deliberação comum.

Neamtan (2003) destaca várias dificuldades que deveriam ser confrontadas na construção de um espaço econômico democrático e solidário. Desta forma, cabe aos próprios atores do movimento a tarefa de convencer a sociedade e os poderes públicos da impossibilidade do modelo político e econômico vigente de atender as aspirações dos cidadãos. Neste sentido, será necessário que a economia solidária torne-se uma escolha real para o maior número possível de pessoas.

Como forma de produção, distribuição e consumo a economia solidária não pode existir sem meios e para que ela ultrapasse os limites dos pequenos espaços e alcance o cotidiano da maioria da população será necessário ter acesso ao capital, a informação, aos centros de pesquisa e tecnologia. Obviamente, ganhar reconhecimento e ter acesso os instrumentos de desenvolvimento não será fácil. No entanto, apostar no movimento da economia solidária, enquanto projeto político de democratização radical é ao mesmo tempo um convite a construção de uma razão ética, que preconiza e ilumina a perspectiva de uma sociedade baseada nos valores da solidariedade, do respeito à pluralidade e a expansão da liberdade.

Arendt destacou que a ação reflete nossa capacidade de instaurar o novo e fazer história. Embora o movimento da economia solidária não tenha todas as respostas, e talvez não se adéque a todos os lugares, ele se apresenta com um novo horizonte ético para as relações econômicas.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FRAISSE, L. Economía solidaria y democratización de la economía. In: LAVILLE. **ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA. UNA VISIÓN EUROPEA**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, L. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER. **SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GODBOUT, J. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOLZAMANN, L. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: **A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: A AUTOGESTÃO COMO RESPOSTA AO DESEMPREGO**. São Paulo: Contexto, 2000.

LAVILLE, J. El marco conceptual de la economía solidaria. In: LAVILLE. **ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA. UNA VISIÓN EUROPEA**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

MONTHÉ, D. Autogestion. In: LAVILLE e CATTANI. **DICTIONNAIRE DE L’AUTRE ECONOMIE**. Paris: Desclée de Brouwer, 2005.

NEAMTAN, N. L’*économie solidaire* comme radicalisation de la démocratie. **Recherches - Revue du M.A.U.S.S.**, n. 21, p. 128-134, 2003.

PEIXOTO DE ALBUQUERQUE, P. Autogestión In: CATTANI. **LA OTRA ECONOMÍA**. Buenos Aires, Altamira: Fundación OSDE – UNGS, 2004.

POLANYI, K. **A grande transformação. As origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RUGGERI, A (Comp.). **Las empresas recuperadas. Autogestión obrera en Argentina y América Latina**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2009.

SCHUTTZ, G. **Economia Solidária e a Democracia: a contribuição de Hannah Arendt**. 2005, 120f. Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

SCHUTTZ, G. **Límites y posibilidades de alianzas progresivas en Rosario: las relaciones políticas entre actores del campo de la economía social y solidaria**. 2010. 121f. Dissertação (Mestrado). Maestria em Economía Social, Instituto Conurbano, UNGS, Los Polverines, Argentina, 2010.

SINGER, P.; SOUZA, A. (orgs). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

WAGNER, E. **Hannah Arendt e Karl Marx**: o mundo do trabalho. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.